



Anais da Assembleia

Nº 04

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1978

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Müggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números 260, 261, 262, 263 e 264/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

149/77: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a reformulação, atualização, forma de incidência e cobrança da taxa de Segurança Pública, o qual convertido em lei tomou o número 6.972. — **Agradeça-se.**

85/77: Do Senhor Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade Pública a Creche Madre Clélia Merloni, com sede e foro na cidade de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou o número 6.966. — **Agradeça-se.**

122/77: Do Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a Filarmônica Antoninense, com sede e foro na cidade de Antonina, o qual convertido em lei tomou o número 6.967. — **Agradeça-se.**

121/77: Do Senhor Deputado Dácio Leonel, que denomina Professora Cecília Moraes de Oliveira, a Unidade Escolar construída no Parque Waldemar Hauer, na cidade de Londrina, o qual convertido em lei tomou o número 6.969. — **Agradeça-se.**

97/77: Do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública o Lar Jayme Wat Longo, da cidade de Bela Vista do Paraíso, o qual convertido em lei tomou o número 6.970. — **Agradeça-se.**

Sob o número 0096/78, do Sr. Dr. Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, no qual encaminha relatório referente a serviços prestados por aquela Secretaria durante o mês de janeiro de 1978. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 08/78, do Senhor Gilberto Rezende, Juiz Adjunto da Comarca de Altônia, no qual encaminha a inclusa cópia da Ata de instalação daquela comarca. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 33/78, do Sr. Bernaldo Brito Costa, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, no qual encaminha um exemplar do Relatório dos trabalhos realizados, por aquela Câmara Municipal, no período de 1º de fevereiro a 31 de janeiro de 1978. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 1183/77, do Sr. Dr. Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de serviços prestados por aquela Secretaria referente ao mês de dezembro de 1977. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 169/77.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO JOSÉ DA SILVA, ocorrido dia 26 de janeiro do corrente ano, em Curitiba.

O extinto, João José da Silva, amigo e companheiro, pessoa de grande relação de amizade dentro de nossa Curitiba, era uma das principais figuras dentro do ramo hoteleiro da Capital, o qual desenvolvia com muita propriedade, sempre se constituindo como um dos principais líderes da classe.

Requer outrossim, que se dê ciência à família enlutada, através do endereço: Rua Florianópolis, número 63 - Vila Camargo, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo lamentável falecimento, ocorrido no dia 31 de dezembro de 1977, do Sr. ALCEU BASSANI, no Município de Pitanga.

O extinto era pessoa de bom relacionamento na comunidade, e seus dotes morais marcaram profundamente sua existência, deixando uma grande lacuna entre seus amigos e familiares.

Requer outrossim, se dê ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor

AMÉRICO SILOTTO, ocorrido em São Paulo.

O extinto era progenitor do Exmo. Senhor RENATO SILOTTO, Prefeito Municipal de Manoel Ribas, pessoa de nosso círculo de amizades e benquista por todos que o conheceram.

Requer ainda, que seja cientificada a família enlutada por intermédio de seu filho Renato Silotto.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO MACHIAVELLI, ocorrido em 19 de janeiro do corrente ano, em São Mateus do Sul.

O extinto, nosso particular amigo e companheiro, era sogro do Sr. Reinaldo Petrechen, ex-Prefeito do Município de Pitanga, deixando com seu falecimento uma grande lacuna em seu círculo de amizades.

Requer, outrossim, seja dado ciência ao Senhor Reinaldo Petrechen, por intermédio da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO VITOR DE ANDRADE, ocorrido em Ivaiporã.

Parte de tradicional família de Ivaiporã, daquelas primeiras a se dedicarem ao progresso do norte do Estado, João Vitor de Andrade emprestou com brilhantismo sua valiosa colaboração à causa pública, exercendo com grande dignidade por vários anos o cargo de Vereador pelo Município de Ivaiporã.

Requer, outrossim, seja dado ciência à família enlutada, por intermédio da Câmara Municipal de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ SILVESTRE GONÇALVES, ocorrido dia 17 de fevereiro, p.p. nesta Capital.

Industriário, parte de tradicional família da Capital, soube sem dúvida, durante toda sua vida, demonstrar plena capacidade de profissional, e acima de tudo, tornar-se exemplo de cidadão, pai e amigo.

Deixa para seus familiares e amigos, o exemplo de toda uma vida pautada pela dignidade e honradez, podendo ter se orgulhado em todos os seus dias, do reconhecimento que lhe era prestado por aqueles que o escolheram para amigo, baseados na grandeza de sua conduta.

Requer outrossim, se dê ciência à família enlutada, através do endereço: rua Lauro Neri de Couto, nº 31, - Jardim Esplanada, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja

consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor OSCAR BASSANI, ocorrido dia 04 de janeiro do corrente ano, no Município de Pitanga.

O extinto, além de ser nosso particular amigo e companheiro, tinha o prestígio de ter sido um dos pioneiros dentro da região, oferecendo grande parte de sua vida voltada ao trabalho, visando sempre o engrandecimento e progresso do Município de Pitanga. Esta demonstração do espírito de luta do falecido, angariou e com merecimento, a admiração e amizade de toda população pitanguesa.

Requer, outrossim, se dê ciência à família enlutada, através da Prefeitura Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem de seu 150. aniversário, durante os quais sempre retratou fielmente os acontecimentos de Curitiba e de todo o Paraná, procurando cumprir uma importante parcela da imprensa do nosso Estado com dignidade. Por todo este acervo de serviços prestados à coletividade, desejamos externar nosso louvor a todos aqueles que participaram e participam deste órgão da nossa imprensa, quando da passagem do 150º ano de participação e labor.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência a este prestigioso jornal.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. BRENO MASSA, ocorrido na data de 03/03, nesta Capital.

Requer, outrossim, da aprovação deste, seja dado ciência à família enlutada, à rua José de Alencar, nº 1.375, apto. 08.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EURICO BRANCO RIBEIRO.

Outrossim, requer após aprovação deste, seja dada ciência à família enlutada.

Rua Rio Preto, 78 - 1º andar - Jardim Paulista - São Paulo.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. JOSÉ ALMEIDA PIMPÃO.

Outrossim, após aprovação do mesmo, solicita seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Vicente Machado, 2.025.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GERALDO GUNTER, ocorrido em União da Vitória.

O extinto era bastante relacionado em nossa cidade. Tal passamento consternou profundamente a família e seus amigos, tendo em vista o respeito e amizades angariadas durante sua vida.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Ministro Aliomar Baleeiro, ocorrido no último dia 03 do corrente, cuja contribuição para a vida pública nacional foi inestimável.

Outrossim, requeiro também a inserção na ata desta Casa, do artigo do Jornalista Carlos Castelo Branco, sob o título "GRANDE DEPUTADO, MAIOR MINISTRO", publicado na edição de hoje da GAZETA DO POVO.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Banco Central, solicitando a imediata reativação do CREGE no Banco do Brasil, e o aumento dos limites na concessão de financiamentos nesse banco, no Banco do Estado e rede bancária privada, como medidas de emergência, em razão da longa estiagem no Paraná, que acarretou uma perda mínima de 50 por cento da produção agrícola paranaense.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem sua base econômica assentada na agricultura, com dependência total dos demais setores: comércio e indústria. Quando o governo adotou as medidas de restrições orçamentárias configuradas nas limitações ao crédito via rede bancária, o empresário soube aceitar esse encargo visando o controle da inflação. Mas, se seu espírito de luta não esmoreceu, agora, a longa estiagem veio trazer a incerteza, a insegurança e o medo de uma crise sem precedentes em nossa história se não forem tomadas medidas urgentíssimas.

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, propõe a imediata reativação do CREGE no Banco do Brasil, e o aumento dos limites na concessão de financiamentos nesse banco, no Banco do Estado, e rede bancária privada, a tomada de medidas de emergência, como ocorreu no Rio Grande do Sul onde através da Circular nº 360, de 19.12.77, o Banco Central adotou estas medidas em razão da frustração da safra do trigo 77/78.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes à Secretaria da Agricultura e à Direção Regional do Banco do Brasil, solicitando a constituição de uma COMISSÃO MISTA ESPECIAL, para proceder SINDICÂNCIA na agência da COPASA de Barbosa Ferraz.

Informações dão conta de que atos de corrupção estão ocorrendo naquele órgão. Hoje mesmo, o Vereador Antônio José de Andrade, da Câmara de Barbosa Ferraz, está na agência

do Banco do Brasil em Campo Mourão, requerendo informações para formalizar denúncia a respeito.

O Sr. Nazário Antônio de Oliveira, declarou que as informações circulantes na cidade, dão conta, de que o próprio prefeito de Barbosa Ferraz, já depositou aproximadamente seis mil (6.000) sacas de feijão na Copasa, havendo por isso recebido a importância de Cr\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis cruzeiros) por saca, que é o preço mínimo pago pelo Governo ao melhor tipo do cereal.

Segundo o Sr. Nazário, até aí, tudo normal. Ocorre que o alcaide barbosense, além de não ser o produtor do feijão depositado, ele procedeu os registros em nome de diversos outros produtores, aceito pela Copasa. O mais grave é a denúncia de que o Sr. Prefeito adquiriu o feijão como de MÁ QUALIDADE, pagando porisso o preço de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 180,00 por saca; e teria, em consequência, SUBORNADO classificadores da Copasa de Barbosa Ferraz, para aceitarem o produto como de BOA QUALIDADE, recebendo como pagamento a cotação mínima.

A sindicância pretendida é amplamente válida, para que se conheça a verdade, e se fazer justiça. Principalmente nesse aspecto, envolvendo o desassistido e desrespeitado homem da lavoura. Se o ato for real, trata-se de crime execrável sob todos os ângulos.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) VALTER PIETRANGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No momento em que o Presidente da República Federativa do Brasil — General Ernesto Geisel — e sua comitiva encontram-se na Alemanha, em caráter oficial, é justo destacar vários aspectos da visita àquele rico país europeu, ao qual somos vinculados por laços profundos e sólidos.

Mais de 150 anos do início da colonização germânica no Sul do Brasil, mais precisamente na região do Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, tem servido, nesse longo espaço de tempo, para demonstrar, ao lado de outras etnias, a qualidade de trabalho, de lealdade, de nobres princípios morais políticos dos descendentes dos heróicos filhos dos teutos, integrados em todas as atividades de nossa Pátria, nas mais variadas profissões, culminando com a elevação do Sr. General Ernesto Geisel a chefia dos destinos executivos de nossa Pátria e ao Comando em Chefe das Forças Armadas do Brasil. — Orgulham-se, pois, neste instante, visitantes e visitados.

Mas, além dos laços sangüíneos e sentimentais que nos unem, destaque-se que a Alemanha é o maior comprador atual do Brasil, depois dos Estados Unidos da América do Norte, e é dos grandes vendedores para o Brasil, colocado que se encontra em quarto lugar, sendo o primeiro o dos americanos do Norte, seguido da Arábia Saudita e Iraque, devido os fornecimentos de petróleo.

Existem vínculos culturais excelentes entre nós e a terra de Goethe, especialmente no terreno científico, sendo proverbial o avanço na técnica médico-hospitalar, desenvolvida e ampliada constantemente por acordos e convênios. E o Estado do Paraná, em particular suas áreas de produção agrícola, vêm com otimismo as possibilidades de aumentar a exportação de produtos básicos para a Alemanha, como maneira fiel de se elevar a nossa técnica agrícola, para uma melhor comercialização que proporcionará, ao final, melhor renda aos nossos homens do campo.

Solicitamos pois, depois de ouvida a Casa, que a mesma se congratule pelo evento referido, com a Presidência da República, em Brasília, e com o Centro Cultural Germânico - Brasileiro.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

PROJETOS DE LEI:**PROJETO DE LEI NÚMERO 07/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º. — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO, com sede no Município de Pato Branco - Paraná.

Art. 2º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública uma Fundação Educacional que reúne todas as condições exigidas por lei. Apesar de contar com a data de sua instituição relativamente próxima, a mesma é resultante de transformação da Fundação Educacional de Pato Branco - FUNDEPABRA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 08/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º. — Ficam doados ao Município de Medianeira, Estado do Paraná, parte dos lotes rurais números 75, 76, 77, 78, 79 e 80, com as áreas de 18.000 m², 19.000m², 22.000m², 34.010m² e 8.590m², respectivamente, PARTE DO LOTE RURAL número 76, com a área de 8.930 m². PARTE DO LOTE RURAL número 78, com a área de 10.880m², e PARTE DO LOTE número 77, com a área de 11.040m², perfazendo um total de 151.950m², ou sejam 15,1950 hectares, situados no 4o. Polígono, neste município, sem benfeitorias, tendo as seguintes confrontações: partes dos lotes números 75, 76, 77, 78, 79 e 80 confrontam: ao Norte com a Estrada Estadual - Medianeira - Barracão; ao Sul com partes restantes dos lotes rurais números 75, 86, 77, 78, 79 e 80; ao Leste com a Estrada Estadual Medianeira - Baracão e parte restante do lote rural número 75, e a Oeste com partes restantes dos lotes rurais números 75, 76, 77, 78, 79 e 80; parte do lote rural número 76 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação; e o lote rural número 77; ao sul com o lote rural número 73, e parte restante do lote 76; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural número 75 e a Oeste com parte restante do lote rural número 76 e o lote rural número 77; Parte do lote rural número 78 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação; ao Sul com o lote rural número 77, e parte restante do 78; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural número 77, e a Oeste com parte restante do lote número 78 e a área do campo de aviação; parte do lote rural número 77 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação e o lote rural número 78; ao Sul com o lote rural número 76 e parte restante do 77; e Leste com a área do campo de aviação e o Lote Rural número 76 e a Oeste com parte restante do lote número 77 e o lote rural número 78; devidamente transcritos no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, às fls. 57, do livro número 3-N, sob os números 14.829, 12.832, 14.833 e 14.831, respectivamente, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo principal dotar o Município de Medianeira, de seu próprio aeroporto.

Os lotes rurais objetos deste Projeto, foram doados há

dez anos atrás ao Estado do Paraná, com fim específico, ou seja, para construção do aeroporto do município. Todavia como até a presente data o Governo do Estado não cumpriu com o fim específico estabelecido em escritura pública e nem está nos planos do Poder Executivo tal empreendimento, a Prefeitura Municipal de Medianeira está disposta a construir o seu próprio aeroporto, necessitando apenas da doação do terreno em pauta.

Verificando os termos constantes da escritura, constatamos que nenhum impedimento existe, pois quando da doação ao Estado do Paraná, a única exigência estabelecida pela doadora é que ali se construísse um aeroporto.

Assim sendo, o nosso projeto de lei está perfeitamente enquadrado aos termos da escritura anexa, necessitando apenas da aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI NÚMERO 09/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica denominado "ANITA LOPES CANET", o Hospital Regional de Cascavel, construído na referida cidade.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) EGON PUDELL

Apoiamentos: Luiz Roberto Soares, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Dácio Leonel, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Ernesto Gnoato, Gabriel Manoel, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Valter Pietrângelo, Erondy Silvério, Gabriel Sampaio, Fuad Nacli, Muggiati Filho, Antônio Facci, Aginaldo Pereira Lima, Gilberto Carvalho, Maurício Fruet e Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ — AMOP, que congrega dezenove municípios do Oeste, na Assembléia Geral Ordinária realizada na referida Associação, no dia 27 de outubro de 1977, foi apresentada a proposição no sentido de ser denominado ANITA LOPES CANET o Hospital Regional de Cascavel, em homenagem à excelentíssima Senhora Anita Lopes Canet, proposição esta que foi aprovada por unanimidade. A veneranda Senhora, de saudosas memórias, além de exemplar mãe de família, foi um exemplo de bondade e de filantropia, a que dedicou grande parte de sua laboriosa existência, pautada de gestos nobres, e de atitudes que sempre revelaram o seu boníssimo coração, cujos descendentes, a exemplo do Exmo. Sr. Dr. Jayme Canet Jr., Governador do Paraná, tem honrado o nosso Estado. É portanto, merecedora desta reverência ao seu nome ilustre e altamente respeitável.

PROJETO DE LEI NÚMERO 10/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º. — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dr. CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, Meritíssimo Juiz do Tribunal de Alçada.

Art. 2º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Natural de Irati, neste Estado, o Doutor CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO revelou, desde cedo, pendor para as letras, e inusitada atração para as ciências jurídicas. Assim pois, considerou-se como chamamento natural à irreprimível vocação seu ingresso na Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, pela qual se diplomou, após curso

brilhante, havendo sido na época, um dos mais destacados alunos daquela escola.

Integrou-se mui logo, nos quadros do Poder Judiciário, ao exercer de 1951 a 1952 o cargo de Serventuário da Justiça, e, de 1952 a 1954, Oficial de Justiça da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Capital. Viu-se ainda, em 1954 na função de Promotor Público da Capital. Viu-se ainda, em 1954 na função de Promotor Público Interino, e, já no ano seguinte, inscrevia-se provisoriamente, como advogado militante na OAB, Seção do Estado do Paraná.

Sentiu-se realizado, porém, somente quando a 19 de julho de 1955 foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito Substituto, na Comarca de União da Vitória. Daí por diante, numerosas outras comarcas puderam contar com o seu valioso concurso, dentre as quais, as de Apucarana, Arapongas, Campo Largo, e não tardou que como Juiz de Direito da 1ª Entrância, fosse servir em São Jerônimo da Serra, e, mais tarde, em Bela Vista do Paraíso. Promovido a Juiz de Direito da 2ª Entrância, tiveram-no como titular das Comarcas de Araruama e de Andará. No primeiro caso, por merecimento e no segundo caso por antiguidade. Viram-no guindado, outra vez por merecimento, do cargo de Juiz da 4ª Entrância, em Andará, para o de Substituto da 1ª Entrância em Curitiba, e, em 1967 por antiguidade, passou para o de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca da Capital.

De ascensão em ascensão, a que sempre fez jus por seus dotes intelectuais indiscutíveis, eis-lo em 1970 a ingressar por merecimento, como Juiz do Tribunal de Alçada, de cujo importante órgão judiciário foi Vice-Presidente por vezes inúmeras, assim como Presidente, notabilizando-se aí por seu senso de equilíbrio e alcandorado espírito de Justiça.

Autor de obras renomadas, como "Execução Forçada" amplamente debatida em seminários nacionais, e "Teoria Geral do Processo", tem sido insistentemente convidado para realizar conferências sobre palpitantes temas jurídicos. A Câmara Municipal de Curitiba e a Associação dos Magistrados do Paraná lhe renderam homenagens pela excelência das obras publicadas. Recebeu os honrosos títulos de Cidadão Honorário do Município de Andará e de Grande Benemérito da Maçonaria, concedido este último, pela augusta e respeitável Loja Simbólica "Rui Barbosa", de Sertãoópolis.

Como representante do Paraná, participou ativamente do Simpósio de Processo Civil, promovido pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da nossa Universidade Federal; foi patrono em 1975, da Turma de Direito da Faculdade de Direito de Curitiba, e, em 1975 foi patrono dos Espadins, da Academia Policial Militar do Guatupê.

Além do mais, é professor de Teoria Geral do Processo, na Faculdade de Direito de Curitiba, e, nesta assim como na Faculdade de Direito da PUC, é, também, professor de Direito Processual Civil.

Por tratar-se de figura tão eminente, que ilustra e enaltece a Magistratura e as letras jurídicas de nosso Estado, nada mais justo do que a concessão do título de Cidadão Benemérito, do Estado do Paraná ao Doutor CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através da imprensa, rádio e televisão, o Governo faz sucessivas campanhas, dizendo que o brasileiro precisa aprender a comprar, que o povo brasileiro precisa reclamar contra os abusos do comerciante, principalmente, do pequeno comerciante, o feirante e o comerciante de bairro, mostrando como se esses pequenos comerciantes fossem os responsáveis pela inflação e más condições de vida do nosso operário e do povo mais humilde.

De vez em quando, a gente recebe, no entanto, no gabinete,

reclamações do povo menos favorecido pela sorte e, quase sempre, a reclamação não é com referência aos preços, até, dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e, nem tampouco, quanto, digo, contra o pequeno comerciante.

Recebi, no final dessa semana, a visita de um operário, aqui de Curitiba, que me trazia duas contas apresentadas pela COPEL, referentes aos meses de janeiro e fevereiro; mora na Rua 22, Casa 46, na Vila Oficinas. Sua casa tem 7 lâmpadas, tem apenas um aparelho de televisão e alguns outros eletrodomésticos normais em casa de operário. Reclamava, sempre, que pagava muito caro a energia elétrica, em torno, como essa fatura do mês de janeiro, Cr\$ 179,28. Compareceu diversas vezes, para fazer reclamações; não obteve sucesso; mas, para o mês de fevereiro, foi premiado — recebeu uma cobrança com o dobro da fatura do mês de janeiro, ou seja, deverá pagar, se conseguir recursos para isso, Cr\$ 477,71, de consumo de energia elétrica, em apenas um mês. Este foi o resultado das reclamações que o operário teve, de tanto visitar a COPEL e dizer que seu medidor não estava certo. Não tínhamos outro caminho, a não ser encaminhar ao Sr. Governador do Estado, cópia dessas faturas para que ele as encaminhasse à COPEL e pedisse revisão das mesmas.

Não é admissível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma casa residencial, sem nenhum aparelho sofisticado, sem nada de extraordinário, tenha que pagar quase quinhentos cruzeiros de energia elétrica, num mês.

Voltou, novamente, este operário até à COPEL; a informação foi a mesma — "O senhor pague, e requeira a devolução, posteriormente". Como se levantar Cr\$ 470,00, para um operário, de uma hora para outra, para pagar energia elétrica, fosse tão fácil, como falar. Isso representa 35% do que ganha o operário; terá que despendar, neste mês de fevereiro, para pagar, apenas, a COPEL.

Entendemos não ser obrigado, o operário de nosso Estado, a financiar a COPEL para coisa nenhuma. Não pode e não deve permanecer esta situação, porque se estamos encaminhando uma fatura de energia elétrica, esta referente à Casa 46, da Rua 22, da Vila Oficinas, outros tantos casos ocorrem nesta Capital e em todo Estado do Paraná, onde a COPEL fatura muito mais do que o consumido pelos usuários, pelo consumidor de energia elétrica.

Cada dia mais se apresenta o próprio Governo como o grande responsável por exaurir cada dia mais o bolso do pequeno operário, da nossa gente.

Este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu requerimento, consubstanciado no seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Exmº Sr. Governador do Estado, encaminhando as fotocópias anexas de contas apresentadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL — referente ao consumidor residente na Rua 22, casa 46, Vila Oficinas, nesta Capital, na qual a referida empresa, apresenta uma conta com acréscimo de mais de 100%, comparando-se o mês de janeiro com fevereiro do ano em curso. Requer ainda, revisão da referida fatura.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pelas constantes reclamações de consumidores de energia elétrica, não apenas da Capital, mas também do interior do Estado, que estão recebendo cobranças de consumo de energia aviltantemente aumentada de mês a mês. No caso em tela, o consumidor mantém apenas 7 lâmpadas, televisor e eletrodomésticos normais em qualquer residência, mesmo de operário. Já compareceu à agência da COPEL, da rua Visconde de Guarapuava, para efetuar a reclamação. Lá foi orientado para proceder o pagamen-

to e depois é que a empresa poderia mandar verificar se houve ou não defeito no medidor. Pode até mesmo constituir-se norma da COPEL, proceder dessa forma, no entanto, não é justo que o consumidor pague quantias exorbitantes, sem direito à restituição para depois ter direito a verificação por parte da empresa fornecedora de energia elétrica. O presente caso, no mês de janeiro, o consumidor pagou a importância de Cr\$ 179,28, o que já é considerado muito caro para uma família média de operário, que ganha pouco além do salário-mínimo. Para o mês de fevereiro, no entanto, a fatura, conforme pode ser observado nas fotocópias anexas, a COPEL cobra do pobre consumidor, nada mais nada menos que Cr\$ 477,71 (quatrocentos e setenta e sete cruzeiros e setenta e um centavos), quantia esta, impossível de ser paga pelo consumidor, por representar cerca de 35% dos vencimentos da família do mesmo. Não é possível que seja mantida tal situação."

Justificamos na forma que acabamos de dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

"Pela manhã do último sábado de sol encoberto por negras nuvens, sugerindo o que não aconteceu aqui e no interior do Estado para amenisar o calor e o rigor da longa estiagem, li, na imprensa paranaense, a dolorosa notícia do falecimento de mais um liberal.

Figura valorosa e admirável da história política e jurídica da nação brasileira, desfalecia a sociedade e a famosa banda udenista que no Parlamento e na praça pública, em tempos idos, entoava hinos à liberdade.

Aliomar Baleeiro, político, advogado, magistrado, professor, jornalista, escritor e jurista colocara a sua privilegiada inteligência a serviço das liberdades públicas. Foi deputado constituinte na Guanabara e na Bahia, seu Estado natal, onde iniciou sua carreira política. Mas foi na Câmara Federal, eleito deputado à Constituinte Nacional em 1946, onde pontificou, durante legislaturas consecutivas, como o dos mais combativos e brilhantes parlamentares de toda a história do Parlamento brasileiro.

Da Câmara saiu para o Supremo Tribunal Federal, nomeado pelo então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e na mais alta Corte de Justiça do país, da qual chegou a ser o seu Presidente, lutou pela derrubada dos atos de exceção até o final de sua magnífica carreira de magistrado.

Em verdade "os juristas brasileiros jamais se conformaram com a edição do AI nº 5, vendo nele o fechamento de todas as portas para a redemocratização do Brasil. A emenda de 1969 levou ao ápice essa inconformação dos juristas, mas o Poder Judiciário a tudo vem assistindo sem condição de restaurar a normalidade política". É o que está escrito no "O Estado do Paraná", em sua edição de ontem.

A insuficiência coronária que o levaria à aposentadoria em 1975 fora todavia insuficiente para fazê-lo calar definitivamente. E a sua luta continuou na condição de ex-parlamentar, de ex-magistrado, de professor emérito, de orador corajoso e vibrante, em todo o território nacional. De norte a sul do país ouvia-se a continuação de sua admirável pregação democrática sintetizada na feliz expressão, hoje aspiração máxima do povo brasileiro: — "retorno do país ao verdadeiro Estado de Direito".

Contam que o Presidente Geisel, em visita oficial que fez ao Supremo Tribunal Federal, fora surpreendido com a designação do Ministro Aliomar Baleeiro: — "A um canto, no salão nobre, o então Ministro lhe encarecia a necessidade de se mandarem extirpar os excessos da Lei de Segurança".

Quantos da velha banda já se foram! Milton Campos, Otávio Mangabeira, Adauto Lúcio Cardoso, Carlos Lacerda e agora Aliomar Baleeiro. Vidas ilustres dedicadas à causa da

liberdade. A semente por eles em solo fértil plantada há de vicejar e um dia haveremos de colher os frutos nascidos desse maravilhoso trabalho.

Sr. Presidente, que essa mensagem de saudade, de afeto e profundo reconhecimento aos relevantes serviços prestados à democracia e à nação brasileira pelo ilustre desaparecido, Aliomar Baleeiro, seja levada ao conhecimento dos seus familiares como manifestação de pesar do povo paranaense através da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1978."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito. — (Pausa).

Ausente S. Ex^ª, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A História do Brasil registra pelo menos duas centenas de casos de anistias concedidas pelo Poder Público contra pessoas que o ofenderam por motivos políticos. Há desde anistias plenas, gerais e absolutas, como as de 1930 e 1945, até anistias restritas como as de 1896, e condicionais como a de 1836, que beneficiou os Farrapos, no Rio Grande do Sul.

Desde 1821 — quando foi concedida a primeira anistia, ainda durante o período colonial — até hoje, são 30 as principais iniciativas do Governo em favor de revoltosos. A última anistia, concedida na República, foi dada, há 21 anos, em 1956, pelo Governo Kubitschek, aos revoltosos de Aragarças e Jacareacanga.

Por estranha coincidência, era Ministro da Justiça, naquela oportunidade, o Dr. Armando Falcão.

Nós gostaríamos de destacar algumas anistias que, pelas suas circunstâncias, marcaram época na história de nosso país.

Em 18 de abril de 1945, por meio de um decreto de número 7474, o Presidente Getúlio Vargas, baseando-se na legislação do Estado Novo, anistiou todos os crimes políticos e conexos cometidos desde a anistia de 1934. Com isso, Getúlio anistiava as pessoas que ele mesmo havia prendido.

Em 18 de setembro de 1946, no dia da promulgação da nova Constituinte foram anistiados todos os desertores do regime anterior e suspensas as penas de natureza trabalhista impostas a pessoas que participavam de atividade política.

Finalmente, a anistia a que já nos referimos de 1956, quando foram anistiados ampla e irrestritamente os civis e os militares que se rebelaram contra o Governo e que se recusaram a cumprir ordens de superiores desde o dia 10 de novembro de 1955. Essa anistia, concedida ao tempo em que o Sr. Armando Falcão ocupava o Ministério da Justiça do Governo Kubitschek, beneficiou os envolvidos nos levantes de Aragarças e Jacareacanga, além de ter, pela fixação de data, legitimado a ação do General Lott no dia 11 de novembro de 1955, quando depôs o Presidente Carlos Luz.

Sr. Presidente, num dos seus últimos números, a Revista "Isto É", em artigo assinado por Vilasboas Correia, destacou em determinado trecho daquela manifestação jornalística, que 85% das 4 centenas e pouco de cassados, nos quase 14 anos de um processo revolucionário que se deixou impregnar pela intolerância, e azedar pelo rancor, terão as suas situações políticas plena e satisfatoriamente resolvidas e seus direitos restaurados com a revogação do repulsivo artigo 185 da Constituição.

Este inacreditável artigo, na sua redação rebarbativa e casuística, foi entalhado a golpes de formão na reforma patrocinada a toque de caixa pelos juristas da Junta Militar que empalpam o Poder, atropelando o Vice-Presidente Pedro Aleixo, quando o derrame cerebral derrubou o Presidente Costa e Silva.

Ao lado de manifestações como esta, não poderemos deixar de salientar nota oficial divulgada pela Associação Brasileira de Imprensa, ao início do mês de janeiro, quando refletin-

do o pensamento da grande massa pensante da Nação brasileira pedia em um dos seus tópicos principais a anistia ampla e sem restrições e cessação imediata de prisões irregulares com características de seqüestro, como as praticadas e efetuadas contra cidadãos suspeitos de atividade contra o regime.

Simultaneamente, Srs. Deputados, no mês de fevereiro, a insuspeita figura do General Pery Bevilácqua, um dos líderes revolucionários na sede da mesma Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro, em memorável discurso iniciava um movimento pela concessão de anistia ampla e irrestrita a todos os brasileiros punidos por atos considerados como ofensivos ao atual sistema. E disse o General Pery Bevilácqua em determinado trecho de sua manifestação "que o problema político número 1 do Brasil é, na realidade, a concessão da anistia ampla e irrestrita." Sua convicção é que a "anistia não é apenas uma medida sentimental, mas de "alta sabedoria política", por destinar-se a desarmar os espíritos, dissipar a sementeira de ódios, que as injustiças e violências provocam e premunir as vinditas futuras".

Analisando alguns casos de cassações impostas pelo atual sistema, o General Pery Bevilácqua destacou um fato que até hoje vem provocando expectativa e o anseio pela prática da justiça. Anti-comunista convicto, ele rejeita, indignado, a hipótese de que, ao envolver-se no movimento pela anistia, estaria a serviço de interesses subversivos. "Nunca fui manobrado na vida", reage. "Nunca me cabrestaram e não seria agora que isso aconteceria". Com idêntica limpidez, Bevilácqua aproveitou a oportunidade do discurso na ABI para reabrir de público, uma das mais explosivas histórias de punição política do pós-64 — o caso do Para-Sar, e do capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. Num ato "inqualificável injustiça", lembrou o general, capitão Sérgio foi punido em 1969 pelo AI-5, por "haver evitado que a Revolução se comprometesse irremediavelmente e se afogasse na ignomínia de um hediondo crime de sangue e destruição, planejado por um cérebro enfermo, que desempenhava, à época, importante cargo no Ministério da Aeronáutica". Capitão Sérgio, denunciou Bevilácqua, impediu que sua unidade fosse transformada em esquadrão da morte política".

Srs. Deputados, ao lado do caso citado, envolvendo-se o Capitão Sérgio, da Para-Sar, em 1969, existem centenas de outros, a começar pelas ridículas cassações de Deputados gaúchos, que na ante-penúltima eleição indireta ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, se negaram a votar no candidato do partido situacionista, ameaçados que foram de que, se persistisse a medida, 5 ou 6 nomes da bancada do MDB, ao bel-prazer da autoridade coatora, seriam cassados. Mas os integrantes da briosa bancada do MDB do Rio Grande do Sul, mantiveram-se firmes e coesos nas suas decisões, terminando o episódio com a anedótica cassação daqueles seis parlamentares, nenhum deles com qualquer mancha que pudesse sequer ser acusada de atentatória ao sistema dominante na nação.

Ao lado de manifestações como a da Associação Brasileira de Imprensa, e de manifestações como a do eminente General Pery Bevilácqua, vozes se ouvem, partindo do setor estudantil, do sindicalismo brasileiro, que parece ver agora possibilidades de novamente transformar o sindicato como força representativa de uma classe trabalhadora, e não manter-se no "status quo" em que os sindicatos nada mais são que clubes lítero-musicais esportivos.

Manifestações surgidas por parte de eminentes juristas de nossa Nação, mesmo até a classe empresarial paulista, a mais pujante desta Nação, que, partindo de posições até certa forma temerosas, já ultimamente através de seus porta-vozes também reivindicam entre outras coisas em nossa Nação, a concessão de anistia ampla e irrestrita aos condenados por crimes políticos, não poderíamos deixar também de emitir nesta Assembléia Legislativa do Estado, a certeza de que o que estamos falando representa o pensamento da grande maioria do povo brasileiro,

que deseja o retorno à plena democracia, que deseja a anistia ampla e irrestrita, na certeza de que, com os nossos cadáveres enterrados haveremos de partir pujantes para o que todos nós desejamos, uma Nação de progresso e desenvolvimento, ao mesmo tempo que, com a tranqüilidade que o povo está a oferecer às atuais autoridades constituintes.

No encerramento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo associar-me à magnífica manifestação do Deputado Waldenício Barbalho, ao ocupar esta tribuna por ocasião do Pequeno Expediente, rendendo as suas homenagens ao grande brasileiro Aliomar Baleeiro, defensor por excelência de uma Constituição brotada de baixo para cima, defensor por excelência e isto comprovou no Supremo Tribunal Federal, dos direitos humanos, defensor das liberdades e defensor da democracia.

Queria dizer ao eminente Parlamentar Waldenício Barbalho que, neste sentido solicitamos hoje a transcrição na Ata dos trabalhos de artigo publicado pelo jornalista Carlos Castelo Branco, na edição de hoje da "Gazeta do Povo", sob o título "Grande Deputado, melhor Ministro". Neste referido artigo, se retrata com nitidez o caráter e a consciência daquele grande brasileiro que desapareceu na última semana. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto a liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço regimentalmente reservado ao seu Partido.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto, da mesma forma a liderança da ARENA.

Concedo no horário reservado à ARENA, a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos ontem na região do Vale do Ivaí, na cidade de São Sebastião da Amoreira, aguardando S. Ex^a o Sr. Governador do Estado e sua comitiva, quando vinham da banda da região do Norte Pioneiro, da cidade de Ribeirão Claro, representada pelo nosso companheiro de bancada, o eminente Deputado Lázaro Dumont.

Em São Sebastião da Amoreira, quando o povo recepcionava S. Ex^a o Governador do Estado e sua comitiva, tendo também a presença do dinâmico Secretário dos Transportes, Dr. Osires Guimarães, víamos Sr. Presidente, víamos Srs. Deputados, a euforia do povo, a consagração e a recepção ao verdadeiro líder que é o autêntico homem que representa politicamente o Paraná, Jayme Canet Júnior.

Quando inaugurava S. Ex^a o trecho de Assaí a São Jerônimo, na famosa estrada do Cerne aberta pelo grande Governador Manoel Ribas, estávamos aguardando impacientemente com a massa humana, com o calor humano, com o calor simples, mas honesto da gente de nossa terra, quando víamos faixas agradecendo S. Ex^a pelo trabalho honesto, pelo asfalto que, hoje, já deixa a poeira e a lama para trás, porque estamos numa era de progresso, de trabalho, numa época em que os verdadeiros homens de boa vontade, os homens que trabalham por sua terra, por sua gente, aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Jayme Canet Júnior abraçado por aquela massa humilde. E aquela estrada sonhada por Manoel (Ribas) "Facão", será toda asfaltada de Assaí a Piraí do Sul, porque um grande trecho já foi inaugurado ontem, com a presença dos Deputados Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Norton Macedo, Antônio Ueno, Minoru Miamoto, e outros Deputados federais que faziam parte da caravana do Governador Jayme Canet Júnior.

Vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concretizado o trabalho de terraplenagem, o trabalho das fitas asfálticas de São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio da Platina, ligando os municípios à Estrada Parigot de Souza, para formação do elo do

"corredor de exportação". Vimos também a estrada que liga Congoinhas, Ibaiti, Tomazina e Wenceslau Brás.

Vimos também, Sr. Presidente, a estrada que liga Joaquim Távora, Guapirama, Piraí do Sul, Ribeirão do Pinhal à outra rodovia asfaltada.

Vimos também, Sr. Presidente, esse trabalho gigante da nossa terra e do nosso grande Governador; na região que liga Ribeirão do Pinhal à Santa Fé e Bandeirantes.

Vimos também, Sr. Presidente, a euforia da caravana quando inaugurava uma estrada de Jacarezinho a Ribeirão Claro.

É por isso, Sr. Presidente, que haveremos de dizer "presente" ao Sr. Governador do Estado, e sem medo nenhum, sob sua tutela, sob sua orientação, haveremos, Sr. Presidente; haveremos, Srs. Deputados; haveremos, povo do Paraná, unidos por Deputados de nosso Estado, haveremos de ganhar as eleições, de acordo com a orientação do grande Líder paranaense, o melhor Governador do Brasil: Jayme Canet Júnior!

É por isso, Srs. Deputados, que quando vemos um homem com as mangas arregaçadas, um homem que fez o milagre de surpreender o Brasil com seu otimismo apesar de uma seca; com seu otimismo apesar de uma geada, esse homem há de ter um saldo positivo nas eleições.

Vemos as crianças que agradecem a Canet Júnior. Não importa que "os cães ladrem mas a caravana passa".

E digo, Sr. Presidente, que Jayme Canet Júnior é o homem do otimismo; que Canet Júnior superou uma geada, uma estiagem, graças ao seu dinamismo e a fé cristã de nosso povo. A fé do povo, Sr. Presidente, do povo paranaense, do povo vindo do Rio Grande do Sul, dos paranaenses vindos de Santa Catarina, dos paranaenses vindos de Minas Gerais, de todo este elo, de toda esta gente brasileira que veio ajudar o Paraná a sair de uma crise acompanhando Canet Júnior.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, eu agradeço em primeiro lugar o aparte que V. Exª me concede, e em nome do povo da região que também represento e que também é administrada pelo Governador, que administra a sua e que administra todo o Paraná; a minha região é do Vale do Ivaí, uma das regiões mais prejudicadas, que esta estiagem que tomou conta deste Estado, eu ouvi V. Exª dizer da tribuna, neste momento, que o Governador Jayme Canet tem feito milagres no Estado, eu gostaria de pedir um milagre para minha região e também para todo o Estado do Paraná: que o Governador que faz milagres faça o milagre de chover na minha região.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, respondendo ao Deputado ilustre 2º Secretário, que também votou conosco muitas vezes, não dissemos que o Governador Jayme Canet Júnior fez milagres porque aí estão as notas taquigráficas.

Dissemos que o milagre é feito por Deus e por este povo generoso de nossa terra. E não devemos ser derrotistas, homens que não querem enxergar o grande Governo e o dinamismo de um homem que está levando o Paraná à uma estrela de primeira grandeza no concerto da Nação Brasileira.

Era isto que eu pediria vênias a V. Exª Deputado José Domingos Scarpelini, que também, muitas vezes, o Governador Jayme Canet Júnior fez milagres a V. Exª, quando V. Exª votava conosco, esperava o milagre de Jayme Canet Júnior. E não foi milagre, Sr. Deputado, e não foi milagre, Sr. Presidente...

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exª pode esclarecer melhor o que V. Exª está querendo dizer com estas palavras, com estes milagres?

O SR. GABRIEL MANOEL — É o milagre brasileiro, é o milagre do Paraná, é o milagre de Apucarana. É o milagre nosso, o milagre das criancinhas que abraçam o nosso Governador dizendo "muito obrigado", porque não temos mais barro, podemos passar por vias asfálticas, onde as escolas estão nascendo nos menores rincões do Norte e do Sul, no Sudoeste, rasgando o Paraná de estradas e escolas, Sr. Deputado. Este é o

milagre, Sr. Deputado.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu gostaria que V. Exa. falasse do milagre que eu recebi do Sr. Governador do Estado, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Este é um problema seu, não quero entrar no mérito.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Mas eu gostaria que V. Exa. entrasse, já que partiu para este campo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu gostaria de terminar meu raciocínio, se V. Exª me permite, e quando estiver na tribuna, se me pedir um aparte, então lhe direi o milagre que V. Exª quer que lhe diga.

Sr. Presidente, é por isto que não temos medo, Sr. Presidente, porque todo o Paraná, todas as pequenas comunas estão de "pari passu" ao lado de Canet Júnior e do grande líder Ney Braga, principalmente de minha região, onde temos a satisfação, com o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, de representar o Norte Pioneiro.

Queremos pedir vênias, Sr. Presidente, para lermos um manifesto da Associação do Norte Pioneiro, onde vai após, a assinatura do Deputado Aguinaldo Pereira Lima e deste humilde Deputado que vos fala. A verdade, Sr. Presidente, e haveremos de vir aqui, se eleito formos, para mostrar que ganhamos as eleições para Senador com Canet Júnior.

Senhor Presidente, pedindo vênias, função de solidariedade aos participantes da Associação dos Municípios do norte pioneiro. A candidatura Ney Braga para o Governo do Estado do Paraná — esta moção, Senhor Presidente vai assinada por todos os Prefeitos que compõem a região do Norte Pioneiro, inclusive pelo Prefeito do MDB de Jacarezinho, vai assinada pelo ilustre deputado Aguinaldo Pereira Lima e por este humilde Deputado. Os Prefeitos municipais, signatários desta, manifestam restrito apoio ao ilustre paranaense e brasileiro, General Ney Amintas de Barros Braga, para o cargo de Governador do Estado. Leva-nos essa manifestação ao Ministro Ney Braga, quando de seu Governo, repleto de realizações, as quais contribuíram decisivamente para a projeção do Paraná, seu desenvolvimento, sendo o marco inicial do novo Paraná."

E aqui continua essa moção de apoio ao ilustre companheiro, ao ilustre Ministro Ney Braga, que há de ser escolhido para o Governo do Estado. Assinado, Senhor Presidente, pelos Senhores Prefeitos de Jaguariáva, Prefeito de Tomazina, Prefeito de Sengés, Prefeito de São José da Boa Vista, Prefeito de Andirá, Conselheiro Marínque, Mariópolis, Joaquim Távora, Pinalão, Ibaiti, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Wenceslau Braz, Ribeirão do Pinhal e Jacarezinho.

Senhor Presidente, é um Prefeito do MDB que assina também, porque está vendo a boa vontade do Governador do Estado Canet Júnior. Nova Fátima também assina, também Prefeito do Movimento Democrático Brasileiro que está vendo as realizações do Governador Canet e está sentindo que o seu povo não quer outra coisa senão o bem estar de sua terra e de sua gente. E é por isso que nós queríamos neste instante transmitir a euforia de nossa terra, daquelas criancinhas que dizem "muito obrigado" a Jayme Canet quando recebem remédios, quando recebem escolas...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa ao ilustre Deputado que o seu tempo esgotou e concede um minuto para concluir o seu raciocínio.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente. E de sua gente que não quer, a não ser dar uma pequena parcela de satisfação para o muito que tem feito Jayme Canet Júnior para este grande Estado que é o Paraná, para esta terra da qual ficou vitorioso senador da nossa agremiação que é a ARENA.

Muito obrigado.

O Sr. Adalberto Daros — Por uma questão de ordem.

Apenas para requerer uma certidão de inteiro teor do pro-

nunciamento do Deputado Gabriel Manoel, bem como do manifesto por ele lido da tribuna e que aconteceu há pouco nessa Assembléia. Uma certidão de inteiro teor.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência embora entenda que a fala do ilustre Deputado merecerá a publicação no Diário da Assembléia, mas entendendo a urgência que Vossa Excelência quer invocar, a Presidência determina ao setor competente que forneça os documentos requeridos por Vossa Excelência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para facilitar o trabalho da Casa, nós mesmos faremos uma cópia das notas taquigráficas e uma cópia também para o ilustre Deputado Daros que não acredita na verdade, para que possa ter noção do que acontece no nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência agradece a Vossa Excelência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Presidência faz apelo às lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e da ARENA, atendendo o que dispõe o Art. 31 do Regimento Interno: a cada início dos trabalhos e cada nova Sessão Legislativa, faz-se necessário a renovação na composição das Comissões Técnicas Permanentes da Casa. É necessário, portanto, que as Lideranças providenciem o encaminhamento, à Presidência, da indicação dos nomes dos Srs. Deputados para a composição, mantida a proporcionalidade dos Partidos, das Comissões Técnicas, que deverão, a partir já da corrente semana, emitir pareceres sobre matéria já posta na Divisão das Comissões e sendo distribuída.

A Presidência espera contar com a compreensão dos Srs. Líderes.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, está devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 74/76, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima DOM ROMEU ALBERTI, Bispo Diocesano de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Ginter, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João José da Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mes-

sias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Bassani. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Silvestre Gonçalves. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Silotto, ocorrido em São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Machiavelli, ocorrido em São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Vitor de Andrade, ocorrido em Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Bassani, ocorrido no Município de Pitanga. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Almeida Pimpão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eurico Branco Ribeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Breno Massa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 169/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular" pela passagem de seu 150º aniversário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Banco Central, encarecendo a imediata reativação do CREGE no Banco do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela visita que faz o Sr. Presidente da República à Alemanha. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encaminhando as fotocópias de contas apresentadas pela COPEL, referente ao consumidor residente na Vila Oficinas, nesta Capital. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Agricultura e Banco do Brasil, encarecendo a constituição de uma Comissão Mista Especial, para proceder sindicância na Agência da COPASA de Barbosa Ferraz. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do

Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de substituir o atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao quadro próprio da referida Secretaria.— **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência atende a solicitação do Sr. Vice-líder da ARENA e colocará em votação, regimentalmente, em forma inversa, o requerimento supra citado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci. (Pausa).

8 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam; 1 Sr. Deputado absteve-se de votar. Não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, apenas para solicitar da Mesa:

Em 30 de novembro, o Plenário aprovou um requerimento de nossa autoria, requerimento este de informações ao Instituto de Previdência do Estado. Isto, acerca de três ou quatro meses, e até hoje, Sr. Presidente, não obtivemos resposta àquele Pedido de Informações, razão pela qual eu pediria à Mesa Executiva que tomasse providências no sentido de regularizar esta situação que acredito ser irregular, por não haver chegado a esta Casa, em prazo regular, as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita do Departamento Legislativo e de resto ao Departamento Administrativo, que, informem, à Presidência, sobre se o requerimento de V. Ex^a, se, foi expedido, em que época, e, se houve resposta, quando esta aportou à Casa e quais os motivos determinantes de não haverem chegado às mãos de V. Ex^a, as respostas solicitadas.

O SR. ENÉAS FARIA — Para consultar preliminarmente, Sr. Presidente, se restou ainda, matéria para deliberação, sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Tão somente dois requerimentos apresentados, ambos a 2 de março; um, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci objeto de verificação de votação, e outro de autoria de V. Ex^a solicitando envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Estadual.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu somente gostaria de consultar V. Ex^a:

O eminente Deputado Gilberto Carvalho requereu e foi aprovada, verificação de votação sobre um requerimento de autoria do Deputado Antônio Facci, não tendo se estabelecido, para este requerimento, "quorum". V. Ex^a assim, dá por suspensa a sessão.

Todavia me parece, Sr. Presidente, que a deliberação, que a votação em si diz exclusivamente sobre aquele requerimento, e não se procedeu uma verificação de "quorum" na Casa, e que, portanto, não me parece de melhor juízo que se encerre a sessão por se entender dedutivamente que não haja "quorum"; ou V. Ex^a daria seqüência à sessão ou V. Ex^a procederá a verificação de "quorum"?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência posiciona a V. Ex^a

Se houvesse constatado a presença de 1 terço dos membros deste Poder, a Presidência daria seqüência à sessão. Todavia, na verificação de votação, constatou-se a presença de tão

somente 15 Srs. Deputados, não havendo portanto "quorum" sequer para a continuidade da sessão, pois o mínimo é de 18 Srs. Deputados. Por esta razão regimentalmente a Presidência viu-se na contingência de suspender os trabalhos. A não ser que outra providência possa regimentalmente ser determinada, para a verificação de "quorum" e a constatação de mais de 1 terço presente para continuidade da sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Obrigado, Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito.

E louvo a atitude de V. Ex^a de proceder como aliás é do dever da Mesa, proceder a avaliação de presenças na Casa, para a continuidade ou não da sessão, para deliberações. E só estenderia o pedido, a solicitação, no sentido de que V. Ex^a como procede agora, procedesse doravante na abertura da Ordem do Dia, na instalação da Ordem do Dia e não apenas na instalação da sessão de "ex-ponte" própria e porque requer o regimento da Casa que assim se proceda. Parece-me que estivemos deliberando o tempo todo, sem presença na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) V. Ex^a, Sr. Deputado Enéas Faria, fala em nome da ilustrada bancada do Movimento Democrático Brasileiro; a presidência no início dos trabalhos tem tido o cuidado da verificação da presença de 1 terço para a instalação dos trabalhos.

Constatada a existência de número legal para a abertura dos trabalhos, qualquer outra providência de constatação de "quorum" e verificação de "quorum" deve caber a cada parlamentar, no instante da votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 133/77.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 36/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — retificar a Portaria número 10/78, na parte que se refere a RONALDO CATARINO e IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, para declarar que a designação é para prestarem serviços como motorista; e,

II — retificar a Portaria número 8/78, na parte que se refere aos funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, para declarar que a designação é para prestarem serviços como motorista:

PRESIDÊNCIA

VILSON DA SILVA NATAL — WALDOMIRO DE CAMARGO

1ª SECRETARIA

SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS

ANTÔNIO CARLOS DUARTE

RUI DA FONSECA PEREIRA

2ª SECRETARIA

ALBERTO MIGUEL

OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN

EMÍLIO TELES DE LIMA

4ª SECRETARIA

ALBARY PEDROSO

LIDERANÇA DA ARENA

MANOEL DIAS

LIDERANÇA DO MDB

ANIBAL DE ASSUNÇÃO

ANTÔNIO LUIZ QUERINO MACHADO

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORLANDO FERREIRA

LÁZARO CAETANO DA SILVA

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de janeiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 37/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 739/77, de 22 de dezembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, CARLOS MAXIMINIO PERONDI, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 1.º de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 38/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 942, de 15 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 8/78, na parte que se refere a designação de HUGO MENDONÇA SANT'ANA, ora à disposição deste Poder, a partir de 1.º de fevereiro de 1.978; e,

II — designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 39/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 706, de 31 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar os itens I e II, da Portaria número 253/77, a partir de 1.º de janeiro de 1.977;

II — designar, o funcionário ROQUE DE CRISTO, matrícula número 453, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços como motorista no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de janeiro de 1.978; e,

III — Autorizar, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 40/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela

Portaria número 864/77, à funcionária IZABEL FREITAS, matrícula número 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 41/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 704, de 31 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria número 864/77, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula número 320, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 42/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 735, de 1.º de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 18/78, a partir de 1.º de fevereiro de 1.978;

II — Designar, CILENE MARIA SILVA PEREIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Legislativo, na Divisão das Comissões, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de 1.978; e,

III — autorizar, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 43/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 755, de 2 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria número 864/77, ao funcionário ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula número 495, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 44/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 888, de 13 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ANIBAL KHURY JÚNIOR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, até 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 45/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 165, de 05 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 864/77, na parte que se refere a DORIVAL DELAGASSA, matrícula número 577, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 06 de janeiro de 1.978, ficando o restante, para serem gozadas em época oportuna.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 46/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 915, de 15 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria número 864/77, ao funcionário SEBASTIÃO BUENO, matrícula número 576, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para a partir de 1.º de março de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 47/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 792, de 2 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar as Portarias números 10/78, 11/78 e 36/78, item I, na parte que se refere a IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, a partir de 1.º de fevereiro de 1.978;

II — designar, o funcionário acima citado, para prestar serviços na Liderança do M.D.B., como motorista, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano; e,

III — autorizar, o funcionário supra citado, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, na Liderança do M.D.B., a partir de 1.º de fevereiro até 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 48/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 945, de 15 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, HUGO MARTINS KOSOP, matrícula número 068, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no Gabinete da Presidência, a partir de 1.º de fevereiro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 49/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 932, de 15 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, à MARIA LEONILDA ROCHA, matrícula número 427, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.978, a partir de 14 de fevereiro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 50/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1093, de 22 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, HUGO MENDONÇA SANTANA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral